

A AGONIA DA ESTATIZAÇÃO

* José Pio Martins

Escárnio, escracho, deboche, vergonha internacional, bofetada na cara do brasileiro... esses são alguns adjetivos pertinentes em face do incompreensível apagão aéreo. O mesmo poderia ser dito da ineficiência gerencial do governo no episódio.

O caos que tomou conta do transporte aéreo brasileiro ficará inscrito na história como um dos mais refinados símbolos da falência do “Estado”. Os socialistas, os comunistas, os esquerdistas e todos os amantes da estatização, se forem minimamente honestos, terão que se debruçar sobre esse episódio lamentável, para tentar entender a diferença cruel que existe entre o Estado bom e justo que há nos livros e o Estado concreto, esse com o qual temos que lidar no dia-a-dia.

A administração do tráfego aéreo em nosso país, além de ser estatizada, é militarizada; ou seja, é comandada por estruturas militares, que têm como norma fazer tudo sem transparência, sem democracia, com hierarquia ditatorial... enfim, a mesma lógica dos quartéis e dos pelotões de guerra. Tudo bem! Esse tipo de estrutura é importante para o exército e para as guerras; porém, não é solução eficiente para problemas econômicos. Os militares são necessários nas suas funções clássicas de defesa e segurança nacional; saiu daí, a coisa começa a perder sentido.

Por que o controle aéreo foi confiado às estruturas militares? A razão, brandida por todos os estatizantes de esquerda e de direita, é de que se trata de setor estratégico e de segurança nacional. Esse foi, também, o argumento utilizado por entidades como a CUT, a CNBB, sindicatos, além de políticos de esquerda, intelectuais socialistas e funcionários públicos que se opuseram à privatização das estatais do aço e das telecomunicações. Quem não se lembra do PMDB e do PT gritando que “telefonia é setor estratégico e, portanto, de segurança nacional”; o mesmo que diziam da siderurgia, da metalurgia, da energia e, claro, dos portos e aeroportos.

Digam para um jovem de 20 anos que a chapa de aço que está na sua geladeira já foi produzida por empresas estatais sob o argumento da “segurança nacional”, ou que a operação do telefone celular que ele usa também era estatizada e proibida à iniciativa privada. Ele vai rir e imaginar o quanto era estúpida a sociedade brasileira. Trata-se de um conceito superado, no qual ainda acreditam aqueles cuja maior façanha é manterem-se atualizados com o passado... um passado que morreu e se tornou ridículo para os padrões internacionais. Não existe empresa estratégica e empresa não-estratégica. O que existe é empresa eficiente e empresa ineficiente. Não pode ser considerada estratégica uma empresa obsoleta e ineficiente; a menos que a estratégia seja empobrecer o país. O conceito de “setores estratégicos” foi uma invenção de políticos e de intelectuais amantes da estatização, grande parte deles sem formação em assuntos econômicos.

Sendo incapazes de enxergar três lances adiante do nariz, os estatizantes nunca se deram conta de que a imensa dívida do setor público e a penúria imposta à saúde e à educação foram resultados dessa estatização insana, feita em nome do conceito de “setor estratégico e de segurança nacional”. Ora, tudo é estratégico: a produção de arroz, de feijão, de comprimido para dor de cabeça, de remédio para câncer... tudo é questão de vida ou morte, logo, de segurança nacional. Quando Collor assumiu, foram listadas 546 empresas estatais, a maioria obsoleta, mal-gerenciada, falida, corrupta, apropriada pelos fundos de pensão dos seus funcionários... uma teta fantástica para políticos e sindicatos.

Pois bem: aí está o apagão aéreo que, se o povo brasileiro tivesse um mínimo de juízo, iria fazer parte dos últimos exemplos do descalabro que é a estatização de problemas econômicos. A aviação é uma forma de transporte de pessoas e cargas; logo, é um problema econômico que deve ter solução no âmbito da economia, da administração, das finanças, da logística, da satisfação do cliente. Nada disso é assunto do qual entende o governo, que é apenas um mal necessário e que precisa existir, porém confinado às suas funções e limitado nos seus poderes.

Embora lamentando profundamente o sofrimento do povo brasileiro, os liberais tem o direito de exclamar: “Nós avisamos!”

* Professor de Economia e Vice-Reitor do Centro Universitário Positivo - UnicenP